

Com açúcar e sem afeto: a trajetória de vida amorosa de mulheres das classes populares em Aracaju/SE

With sugar and without affection: the trajectory of the loving
life of women of the lower social classes in Aracaju/SE

Márcia Santana Tavares*



Resumo: Este artigo pretende discutir as tramas e enredos erótico-amorosos de mulheres das classes populares em Aracaju (SE), a partir de uma perspectiva de gênero. Os dados foram coletados através de dez relatos biográficos. A análise revela que a cartografia amorosa das mulheres investigadas é desenhada pela extrema miséria que acompanha sua trajetória de vida. O amor, portanto, adquire corporeidade na figura daquele que sacia sua fome e de seus filhos, mesmo quando a relação com o parceiro é permeada pela infidelidade, violência doméstica, ausência de desejo e prazer sexual.

Palavras-chave: Gênero. Amor. Classes populares.

Abstract: This article intends to discuss the loving-erotic life development of women of the lower social classes in Aracaju/SE, under the gender perspective. The data were collected from ten biographical reports. The analysis reveals that the loving pattern of the investigated women is drawn by the extreme poverty that follows their life trajectory. Love, therefore, takes the form of the person who satisfies both her hunger and her children's, even when the relationship with the partner is permeated by infidelity, domestic violence, absence of both desire and sexual satisfaction.

Keywords: Gender. Love. Lower social classes.

* Assistente social, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Salvador/Bahia — Brasil. Professora do mestrado "Políticas Sociais e Cidadania. E-mail: marciatavares1@gmail.com.

Introdução: Breve inventário sobre o amor contemporâneo

O cotidiano das relações familiares, desde meados do século XX, vem sendo conduzido por profundas transformações na vida social. Surgem novas configurações, modelos de conjugalidade, medrados pela inserção da mulher no mercado de trabalho e ingresso nas universidades, movimentos emancipatórios feministas, que buscam desmistificar o caráter dual dos papéis sexuais e sociais atribuídos a homens e mulheres; o acesso a métodos contraceptivos e controle de natalidade reduzem o tamanho médio do núcleo familiar; tem aumentado também o número de famílias chefiadas por mulheres e monoparentais femininas, bem como se acentuado a perenidade das relações, tecida por uma ideologia individualista, desejo de realização e crescimento pessoal, (re)descoberta de novos códigos e identidades posicionais.

No amor contemporâneo, espera-se a mais perfeita simbiose com o outro. No entanto, os parceiros têm dificuldade de conciliar os seus projetos identificados, ou seja, a reciprocidade e compartilhamento desejados se encontram subsumidos ao processo de individualização. Por isso, a dinâmica relacional é regida pela contingência; se a plena completação emocional entre os pares não é alcançada, resguardados no amor a si próprios, retoma-se a busca por um relacionamento especial (Giddens, 1993; Badinter, 1986).

No casamento moderno, a mulher, para ser respeitada, vê-se impelida a perseguir o crescimento do “eu” e da realização profissional, mesmo que não tenha um projeto pessoal ou desejo de exercer atividades domésticas. O marido, por sua vez, incentiva a esposa a estudar ou trabalhar, desde que não interfira nos serviços domésticos, cuidados com a família e filhos, que permanecem uma responsabilidade feminina. Afinal, como assinala Porchat (1992, p. 112), “não acha justo que a família, os filhos, sejam prejudicados! Desde que ela ‘dê um jeito’ para organizar o seu tempo, tudo bem...”.

Observa-se que as relações entre os sexos são permeadas por mudanças valorativas, novos referenciais que convivem lado a lado com comportamentos modelizadores tradicionais, ou seja, o novo/velho, arcaico/moderno compõe o mosaico afetivo de homens e mulheres que, por isso mesmo, se mostram tan-

tas vezes confusos, pois ao mesmo tempo em que almejam construir uma relação igualitária, não conseguem se desvencilhar totalmente de um modelo hierarquizado.

Esse novo padrão conducente da relação entre os sexos, entretanto, concentra-se nas camadas médias intelectualizadas, que apreenderam mais fortemente o viés psicologizante das ideologias individualistas (Velho, 1986). Entre as classes populares, persiste o modelo familista hierárquico, que, ancorado no ideário patriarcalista, legitima a dominação do masculino sobre o feminino, dos mais velhos sobre os mais jovens.

Gueiros (2002), reportando-se a Sarti, argumenta que, ao contrário das famílias das classes médias, entre as famílias pobres o espaço doméstico torna-se *locus* onde o homem pode exercer sua autoridade, uma vez que suas precárias condições de vida e trabalho o impedem de fazê-lo no âmbito público. Além disso, a configuração das famílias pobres difere do modelo de organização nuclear de classe média, pela formação de redes de solidariedade, não necessariamente associadas à ideia de parentesco, o que dilui o processo de individualização, mas assegura a sobrevivência do grupo doméstico.

A dominação masculina está presente no interior do mundo doméstico e, baseada na diferença biológica entre os sexos, manifesta-se por meio das relações de gênero, aqui entendidas como relações de poder construídas historicamente, por meio de uma hierarquia/antagonismo de gênero, caracterizada por uma assimetria no que se refere a posições e espaços ocupados por homens e mulheres, tanto na esfera pública como privada.

Salem (1981) e Quintas (1986) advertem que, diferentemente das mulheres das classes médias, as mulheres pobres não se deixam enredar pelo romantismo, filhas do abandono, exploração e desamparo. O casamento é idealizado como via de libertação, por meio do qual cuidarão da sua casa, do seu homem e dos seus filhos, e não da casa ou filhos de outros. O homem, portanto, torna-se fonte de segurança, suporte, prêmio, recompensa, esperança de melhoria de vida. “Tudo indica que para a mulher pobre a vida começa quando se ‘casa’, embora essa união possa vir a representar uma ‘via crucis’...” (Quintas, 1986, p. 147).

Zaluar (1985, p. 120-121) assinala que o bom marido é aquele que, com seu trabalho, coloca comida em casa e sacia a fome da família. Quando este não

o consegue, sente-se diminuído. Afinal, mesmo quando a mulher exerce atividades extradomésticas, seu trabalho deve consistir em “ajuda” relativa a vestuário, material escolar dos filhos, pequenas despesas. Portanto, “o trabalho tem seu valor moral vinculado ao *status* do trabalhador como ‘ganha-pão’ do grupo doméstico e não à execução da atividade propriamente dita”. Daí haver uma recorrência masculina ao uso excessivo de bebida alcoólica, principalmente quando os filhos são pequenos e aumentam as despesas, obrigações familiares ou quando o homem perde seu emprego.

Conforme assinala Safiotti (1999, p. 88), o homem desempregado se sente impotente, porque destituído do principal papel que define sua masculinidade, já que não é mais provedor, o que ameaça a hierarquia doméstica. “Neste sentido, o próprio gênero acaba por se revelar uma camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim determina”.

Safiotti (1999) chama ainda a atenção para a conduta das mulheres que comparecem à delegacia para denunciar o marido agressor. Elas esperam tão somente que a delegada repreenda, dê uma “prensa” no companheiro e, dessa forma, a relação conjugal adquira a harmonia desejada.

Na mesma linha de pensamento, Salem (1981) argumenta que as mulheres, mesmo infelizes no casamento, dificilmente cogitam uma separação, ancoradas na preservação da moralidade, ou seja, a necessidade de proteger os filhos e/ou garantia de subsistência, pois mesmo quando o marido pouco contribui com as despesas da família, é proprietário do barraco onde residem. Por outro lado, o abandono do lar pelo homem as obriga a se transformar em chefes de família.

Vitale (2002), reportando-se a Barroso e Bruschini, pondera que as mulheres, como chefes de família, são submetidas a uma dupla jornada de trabalho, uma vez que continuam cumprindo suas obrigações de mães de família, isto é, cuidam dos filhos, da casa, além de suprirem as necessidades materiais de seus dependentes, o que gera um sentimento de culpa, quando não conseguem cumprir satisfatoriamente essa dupla responsabilidade.

Vale destacar que, na conjuntura neoliberal, as oportunidades de emprego para as mulheres com baixa escolaridade se concentram em trabalhos precarizados, em tempo parcial, terceirizados ou em domicílio, cujos salários são

baixos, além de serem temporários e não oferecerem cobertura social. Em outras palavras, aquelas mulheres autoempregadas, que exercem atividades de baixa produtividade, concentradas no setor informal, encontram-se desprotegidas, reféns das mudanças do mercado, sem dispor de uma legislação salarial, Previdência Social, benefícios sociais ou mesmo políticas compensatórias de assistência social, o que sinaliza para o agravamento da “feminização da pobreza” e, conseqüentemente, para a preservação da hierarquia de gênero, posição subalternizada das mulheres (Butto, 1998).

Por outro lado, Vitale (2002) ressalta que a monoparentalidade feminina não é uma condição fixa, mas dotada de mobilidade, tecida na trama de encontros e desencontros, expectativas não realizadas, separações, novas tentativas de união que se sucedem.

Observa-se que nas classes populares as relações familiares vêm se transformando, embora condicionadas à permanência dos modelos arquetípicos tradicionais atribuídos a homens e mulheres. Novas estratégias de sobrevivência, redes de solidariedade são tecidas, o que sugere uma nova identidade familiar e individual em processo de formação. Este artigo, portanto, consiste em tentativa de resgatar o cotidiano familiar dessas mulheres, procurando identificar a extensão das mudanças em sua vida afetiva e sexual.

Trilhas e entraves metodológicos

A pesquisa teve como sujeitos dez mulheres, na faixa etária de 20 a 52 anos, mães de crianças e adolescentes inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — Peti, residentes no bairro Santos Dumont, localizado na periferia de Aracaju (SE), que participavam de um curso de culinária regional, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Na ocasião, colegas que coordenavam o curso depararam-se com a resistência de alguns maridos/companheiros,¹ que tentavam impedi-las de frequen-

1. Um dos maridos, envolvido com o consumo e tráfico de drogas, algumas vezes invadiu o Centro de Referência onde o curso era realizado, chegando a ameaçar uma das coordenadoras.

tar as aulas, delineando-se a partir daí a trama de violência que parecia pontuar o cotidiano dessas mulheres. Contudo, o curso era ministrado apenas por mulheres, o que findou por diminuir a resistência masculina, além do que as alunas receberiam durante cinco meses uma bolsa-auxílio.

No decorrer do curso, a convivência diária entre as mulheres construía um clima de cumplicidade, em que dores, dissabores, desejos e sonhos eram pouco a pouco compartilhados. Fui então procurada pelas colegas, que me sugeriram realizar um estudo, buscando apreender de que forma é constituída sua identidade, como pensam e vivem.

Durante nosso primeiro encontro, fui apresentada como professora de uma universidade, que pesquisava sobre o amor e desejava investigar suas relações afetivas. Seus olhares perscrutadores, aliados ao silêncio que se instalou na sala, tornavam quase palpável a distância entre nós — eu, a que sabia, a mestra, e elas, aquelas que comigo deveriam aprender, seja lá o que fosse.

Assim, apresentei-me como uma mulher, e não professora, que gostaria de conhecê-las e ouvir sobre sua labuta diária, suas vivências e anseios amorosos. Nos minutos seguintes, respondi a indagações sobre minha vida pessoal, o porquê do meu interesse em estudar o amor e, finalmente, consegui “me humanizar” diante delas.

Optei por uma abordagem qualitativa, uma vez que me propunha a analisar práticas e representações sociais construídas pelas mulheres investigadas e priorizei como técnica as histórias de vida, que me possibilitariam apreender, mais detalhadamente, seus discursos e vivências amorosas.

As entrevistas, realizadas durante duas semanas, foram gravadas, a fim de permitir uma reprodução fiel de seus depoimentos, e tiveram uma duração média de trinta a sessenta minutos. Procurei deixá-las à vontade, pouco interrompendo suas divagações e respondendo-lhes sempre que me perguntavam sobre minhas próprias experiências.

O processo analítico foi realizado mediante organização do material empírico e decomposição do conteúdo das narrativas, que me indicaram os eixos temáticos a serem discutidos, de forma a revelar as visões de mundo, experiências, permanências e mudanças que marcam a trajetória de vida das mulheres investigadas.

A ciranda da infância: nem amarelinha, nem boneca de pano

“Tive uma infância boa, uma infância boa é assim, tive meus pais, meus pais sempre me deram carinho, meu pai me dava muito, até demais, tinha muitos amigos, gostava de me divertir”, afirma Rejane.² Contudo, as lembranças prazerosas são uma exceção e soam dissonantes no universo infantil revisitado pelas demais mulheres, no qual o amor é estrangeiro. Nas famílias numerosas, com oito, nove, dezessete e até trinta filhos, constantemente ameaçadas pelo desemprego, a urgência é assegurar o sustento da unidade doméstica. Assim, fica registrado na memória: “acho que não tive infância nenhuma”.³

A ausência de infância encontra-se marcada por um curto espaço de tempo na escola, por falta de “orientação”, “cabeça fraca para o estudo” ou porque, desde meninas, seu “objetivo” era ajudar nas tarefas domésticas. Conforme descreve Lúcia: “cuidava dos irmãos mais novos, da casa, lavava roupa, às vezes duas bacias grandes de roupa, pegava água, antigamente não tinha água encanada, né? Apanhava muito da minha irmã para fazer as coisas”.

No processo de socialização, ajudar nos serviços domésticos, cuidar dos irmãos mais novos é assimilado “com raiva, [...] sem querer fazer”, como obrigação, responsabilidade da menina que, se não a cumpre, é “relaxada” e deve ser punida, inclusive por irmãs mais velhas. Diante da dura rotina imposta, adultiza-se, sobrando-lhe pouco tempo para “brincar de boneca”, para ser criança. Lugar de menina é em casa, o menino, ao contrário, deve jogar bola, sair: “Meu irmão também, [...] varria a casa, lavava prato, brincava com a gente assim de boneca, [...] ele ajudava, inclusive é, foi uma... uma... assim uma... um convívio tão... grande assim, nosso, próximo que... é... ele até não é, é homossexual” (Rejane).

A dinâmica familiar, desde muito cedo, é estruturada em papéis e responsabilidades distintas, que dão contorno à imagem de virilidade, associada a liberdade e autonomia, enquanto a imagem de feminilidade é vinculada à mater-

2. Os nomes das informantes são fictícios, de forma a preservar o anonimato.

3. A partir desta nota, todas as palavras ou frases aspeadas, foram extraídas dos depoimentos das informantes.

nagem, ao dever, reprodução do grupo doméstico. Para o menino, há um universo a ser explorado fora de casa, para a menina, o mundo se encerra no espaço privado e, qualquer inversão de valores, produz uma feminização ou virilização, indicativas de desordem, desvio no processo de construção de suas identidades sociais.

Somente duas das entrevistadas conviveram com o pai, e falar sobre este se torna doloroso para elas, uma vez que revivem a ausência de diálogo, a rudeza de olhares e gestos, acompanhada por xingamentos e agressões físicas, dirigidas a si mesmas, às suas mães e irmãos, exacerbados pelo consumo de bebidas alcoólicas. Lícia, voz embargada, lembra que: “O pai bebia, que chegava em casa o cavalo levava ele; o pai batia tanto na mãe, que desde pequena defendia a mãe. Tirei a roupa dele, deixei ele nu, bati, com nove anos, até na bunda dele, ele quebrou meu dedo, perto do pescoço [provavelmente a vértebra], já corri muito pelos mato com minha mãe e meus irmãos”.

O chefe de família não consegue, com seu trabalho, transformar o cotidiano de fome e extrema miséria do grupo familiar, encontrando na bebida alívio temporário. No espaço doméstico, a legitimação de sua autoridade é confrontada e, como se para reafirmá-la, recorre à violência. A violência de gênero se reproduz nas relações familiares e, não raro, manifesta-se no convívio entre mãe e filhos, mas, diante da fragilidade, desamparo, mãe e filha se irmanam quando, nesses momentos, a menina-mulher se transforma, ganha forças para proteger a mãe. Entretanto, na memória afetiva, a imagem da mãe, difusa, dilui-se. Sentimento registrado, só a resignação de ter que trabalhar precocemente, aos dez, onze anos, para “ajudá-la”. Conforme demonstram seus depoimentos:

[...] passei muita fome, comecei a trabalhar, com onze anos, em casa de família, aí tomei uma queda, com a panela de arroz, me queimei toda, [...] saí do colégio para trabalhar. (Glória)

[...] eu estudei muito pouco, [...] não tive muita cabeça para estudar, certo? Era que eu pensava em trabalhar para ajudar minha mãe porque a gente comia assim, muitas vezes, era o que o povo dava. (Rosa)

[...] logo, logo, fui trabalhar nas casas dos outros, tinha dez anos de idade [...] minha mãe recebia em alimentação o dinheiro. (Alice)

A “ajuda” é solução guiada pelo estado famélico que as assombra, única solução vislumbrada para minorá-lo. Na dura realidade em que vivem, não há lugar para outras fomes. Estudar, brincar, torna-se algo secundário, pois a prioridade é sobreviver. Movida pelas circunstâncias, a representação de ajuda adquire a dimensão de trabalho quando a menina passa a realizar as rotineiras obrigações domésticas numa casa que não é a sua — mesmo que a patroa seja considerada uma “segunda mãe” —, aonde muitas vezes vem a residir, cujos serviços podem ser remunerados sob a forma de gêneros alimentícios, repassados à mãe.⁴

Além disso, vale destacar que a penúria a que se encontra exposto o grupo familiar, torna-se ainda maior quando a mulher é “sozinha, sem um homem” ou, abandonada pelo marido, vê-se forçada a substituí-lo no papel de provedor, chefe de família. Conforme lembra Glória:

[...] minha mãe, no início, ela ficou assim, sem saber o que fazer, porque ela não trabalhava, né? Logo quando ela separou do meu pai e ela, começou a varrer rua. [...] Minha mãe trabalhava, a gente ficava trancado em casa, [...] a noite a gente tomava um cafezinho assim, se tinha um bolachão ela dividia no meio, para a gente.

As pequenas incursões femininas no espaço extradoméstico se configuram também como ajuda, complementação do orçamento familiar que, muitas vezes, o marido finge ignorar. Com a separação, instala-se na mulher um sentimento de desamparo, uma vez que já não conta com uma figura masculina, cujos atributos *naturais* lhe conferem maior capacidade para assegurar o sustento econômico-financeiro da família. Assim, tornar-se chefe de família, para a mulher, implica não só a perda do amparo emocional e financeiro do homem, mas também uma sobrecarga de trabalho, na medida em que mantém as usuais responsabilidades e assume aquelas até então delegadas ao marido, restando-lhe pouco tempo para si e para os filhos, o que, por sua vez, pode produzir um esgarçamento dos tênues vínculos existentes entre estes, sem que as condições de extrema pobreza sejam superadas.

4. Salem (1981) aponta como uma das estratégias de sobrevivência das famílias faveladas no Rio de Janeiro o desmembramento da unidade doméstica, quando as meninas se mudam para a casa de parentes e/ou de outras famílias, onde prestam serviços domésticos em troca de alimentação, moradia e vestuário, sem receber qualquer espécie de remuneração.

Na luta pela sobrevivência de cada dia, as “mulheres sozinhas, sem homem”, muitas vezes percebem os filhos pequenos como um fardo a mais, empecilho de que se desprendem pela via do abandono. Entre as mulheres investigadas, três foram entregues a outra família. E se a narrativa da sua infância apresenta similitude com os registros de Salem (1981), no que se refere à reafirmação do amor materno daquela que as criou, — “[os irmãos de criação] não gostavam de mim, porque [...] parecia que ela gostava mais de mim” (Margarida) — ou ainda na ausência de remuneração pelos serviços prestados, suas falas descortinam outra dimensão:

[...] eu terminei assim, [...] na casa de um e na casa de outro, então [...] não fui criada com amor, o amor de uma criança, adotada, fui criada como uma escravinha, como aquele tempo da escravidão mesmo, uma criança que foi criada, era para tomar conta de menino, era fazer tudo, pequenininha, com sete, oito anos, eu fazia todo o serviço, varria casa, lavava prato, passava pano, eu era tão pequena que eu lembro que subia num banquinho para limpar os móveis, móveis altos, e foi assim, minha infância... (Carolina)

As meninas transitam na órbita do grupo familiar que as acolheu, tal como pequenas escravas, tempo e espaço coordenados pelo(a) senhor(a) do momento, serviços cedidos a “irmão de criação”, “sogra do irmão”, “outra família”, em função das demandas ou situações emergenciais. Sem laços, referências afetivas, sem família, pai ou mãe, tramam a única estratégia libertária possível: encontrar um homem, com quem formarão sua família e terão sua casa, transferindo o servir e cuidar para este e seus filhos. Como escravas, se não lhes concedem a alforria, só há uma rota a seguir: a fuga. Vale destacar, entretanto, que escravas ou ajudantes, filhas naturais ou de criação, as mulheres constituem família ainda adolescentes, com catorze, quinze anos, perseguindo o seu sonho de liberdade.

Em tempo presente: novas vidas, velhas histórias

A liberdade é vislumbrada na figura de vizinhos, amigos de irmãos ou de cunhados, homens geralmente mais velhos, aparentemente capazes de lhes oferecer “segurança”, uma “vida melhor”. No entanto, o sonho se esvanece, tornam-se cativas de um cárcere privado e o marido/companheiro, desidealiza-

do na vida real, transforma-se em algoz, tirano, do qual dificilmente conseguem escapar.

Depois passamos a viver juntos, começou a me maltratar, me batia, muito, muito, muito, depois fiquei grávida e tentei sair dele, mas eu não consegui, porque ele me ameaçava. [...] Só fazia coisas erradas e dizia que trabalhava, [...] era como se fosse meu pai, [...] mandava em mim, só fazia tudo que ele queria. [...] Era mau, [...] me espancava até dentro de uma cadeia mesmo. Ainda dizia: “Se você me deixar, se prestar queixa aí fora, você sabe que um dia eu saio, [...] se você me deixar eu mato você e a menina”. [...] Ainda vivi com ele cinco anos, [...] se a polícia não tivesse matado ele, ele tinha me matado. (Rejane)

Quando me casei, perto dos catorze anos, fiquei muito tempo abaixada no homem, ao marido, [...] assim muito rebaixada no poder dele. [...] Ele era jogador profissional quando eu me casei, vendia tudo dentro de casa, até me espancava, [...] quebrava as panelas, tudo, para eu dar dinheiro para ele jogar. (Zélia)

Conheci com doze anos, [...] me perdi com ele, tive esse menino, [...] morei três anos com ele, [...] não deu certo porque ele era muito preguiçoso, só queria estar comendo e dormindo, aí deixei... (Alice)

A menina se transforma em mulher guiada pelo modelo hierarquizado de submissão feminina assimilado no convívio familiar, no qual sua virgindade simboliza honra, moral a ser preservada e, caso “perdida”, somente é redimida através de um homem, com o qual forma uma família e a quem deve obediência e respeito. De menina a mulher, de pai a marido, a dominação se reproduz, resignação e medo se irmanam. Por exemplo, Alice convive com traficantes, jogadores, drogados e bêbados, aceita a violência, as agressões físicas ou verbais, só não suporta a fome, ou seja, o homem pode ser “mau”, “bruto”, “ignorante”, “péssimo”, “violento demais”, desde que não seja “preguiçoso, ponha comida em casa”. A fome, portanto, produz o desenlace. A mulher, quando não é abandonada, se separa e retoma a busca por emancipação por meio de outros relacionamentos, novos ensaios de um mesmo *script*. Senão, vejamos:

Aí conheci esse rapaz que eu estou, [...] tem doze anos. Antigamente, quando ele começava a me agredir, no começo eu corria. Depois eu comecei a bater também, [...] aí, hoje eu não reajo mais, [...] sexta, sábado e domingo, tem cachaça no ar, é dia de eu dormir no meio da rua porque todo mundo onde eu moro tem medo dele.

[...] Fui na Delegacia das Mulheres, [...] não sabia o que era dar parte, [...] aí ele foi, [...] assinou um termo, [...] nunca mais eu fui, [...] toda vez que ele bebia, [...] me ameaçava. [...] Realmente, se eu der parte não vai ter como eles ficarem 24 horas comigo. Para onde eu vou? Para onde eu vou? Para onde eu vou? (Rosa)

Depois conheci outro homem, tive um filho, esse não ficou comigo, aí conheci o velho, já tem treze anos, [...] o velho diz que eu tenho outro. [...] Tem dois anos, [...] ele disse que eu estava com Aids, tuberculose na vagina, aí eu disse a ele: você em mim não encosta mais. Ele não aceita e diz que vai me matar, [...] se mata depois [...], dei parte. [...] O velho não quer sair de casa, [...] eu tinha o terreno e ele construiu. [...] Meus irmãos do lado dele, machistas, mulher safada tem é que matar mesmo. (Lícia)

A mulher, para mitigar a fome ou assumir seu “erro”, criação de um filho, para ela concebido prematuramente, ampara-se na sua rede de relações e conta com o apoio de familiares, amigos e vizinhos, mas essa solidariedade não se manifesta nos conflitos e desavenças domésticas, pois implica invasão do espaço privado, da intimidade do casal. Ademais, no imaginário coletivo, permanecem cristalizadas representações sociais que, ancoradas na desigualdade dogmática entre os sexos, culpabilizam a mulher pelas agressões sofridas, ao considerar que ela as incita. Vítima das circunstâncias, digo, da violência de gênero, aos poucos a mulher vai perdendo a autoestima e, dessa forma, responsabiliza-se por todo tipo de agressão sofrida — “eu tenho culpa [...] porque não ligo para mim, me desprezei” —, acomoda-se à relação e não cogita uma separação.

Cabe ressaltar que a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher — Deam, mesmo respaldada na Lei Maria da Penha, ainda não consegue atuar como locus de proteção e segurança. Contribui muitas vezes para intensificar a violência quando, após a denúncia, a mulher retorna à unidade doméstica e à convivência com o marido agressor, uma vez que em Aracaju não há atendimento sociojurídico especializado, nem tampouco programas ou projetos sociais que atendam vítimas e agressores. Além disso, a única casa-abrigo existente consiste em refúgio temporário, cujas ações ainda não contemplam soluções alternativas da realidade, isto é, não oferecem condições objetivas de inserção social e estratégias de sobrevivência para essa mulher e os filhos, que a fome não deixa esperar. Assim, “desgostosa”, “triste”, “rejeitada”, com “depressão”, “problema de coração, de nervos”, a mulher cala a “revolta, sofrimento”, atri-

buindo aos filhos a decisão de manter o casamento. Conforme relatam em seus depoimentos:

Eu não me separo porque eu não tenho condições, [...] com ele, pelo menos eu tenho condições de dar o que meus filhos gostam, [...] sem ele eu sei que [...] a renda vai ser muito pouca. (Rosa)

Valdo é “jogolô”, não presta para nada. [...] O negócio dele é dinheiro, quando vem dinheiro do Peti ele fica na cola, aí fica bonzinho, fica obediente [risos]! [...] Não separo por causa dos filhos, porque mesmo que ele não goste dos filhos, mas os filhos gostam dele, os filhos dizem: “Mãe, a senhora pode ficar nova ou ficar velha, mas outro homem aqui não entra”. (Zélia)

Eu peço a separação, e ele não autoriza ir para casa, se eu for para a casa de minha mãe, vai lá e me pega à força. (Maria)

As mulheres investigadas, quando exercem um trabalho formal, são persuadidas pelos maridos a abandoná-lo, o que não é difícil, pois são papéis fortemente internalizados: as mulheres cuidam e ajudam, enquanto os homens sustentam a casa e a família. Contudo, elas permanecem desenvolvendo atividades extraluar, comercializam produtos de beleza, cosméticos, confeccionam artesanato, fazem faxina ou lavam “roupa de ganho” para complementar o orçamento doméstico e sempre dão um “jeito”, ou seja, elaboram estratégias para enfrentar o cotidiano de privações e incertezas.

Não raro, os homens passam períodos desempregados, não têm emprego fixo ou ainda se recusam a cumprir sua “responsabilidade” como provedores, o que leva suas mulheres e amigas a considerá-los gigolôs, porque são alimentados por elas. Por outro lado, vale registrar que algumas informantes são proprietárias do terreno onde o marido construiu a casa ou moram em cômodos dispostos nos fundos da residência da família, o que lhes dá mais segurança.

Apesar de ponderarem que é “melhor só mesmo, [...] porque só qualquer pessoa ajuda, com homem ninguém ajuda não”, as mulheres mantêm o casamento, pois homem é homem e mulher é mulher. Se esta “pede” a separação, aquele não a “autoriza”, sejam maridos ou filhos. Resignadas, pressagiam que “ruim com ele, pior sem ele” porque mulher sozinha “todo mundo quer manobrar”, ou seja, o espectro da solidão traz consigo o desrespeito, a desvalorização,

que se agudiza entre as mulheres sem vínculos familiares, conforme evidencia o depoimento abaixo:

Não tinha família, não tinha pai, não tinha mãe, não tinha ninguém, só tinha Deus, é aí que aconteceu, eu fiquei, arrumava outro, sabe, que ajudava, e era isso, se ia melhorar minha vida, e arranjava filho de um, quando tinha filho [...] ia embora e eu arranjava outro, assim, achava que eu não podia viver sozinha, que era desprotegida. (Carolina)

De fato, refém da incerteza, das difíceis condições materiais e existenciais, a mulher elabora uma autoimagem de desamparo, desproteção e fragilidade, daí não poder prescindir da tutela masculina. Sente-se incapaz de conduzir a própria vida e embora considere que “homem só quer saber de engravidar a mulher”, continua trafegando entre uniões sucessivas, perseguindo “a sorte de ter um dono de casa”. Vale ressaltar, entretanto, que casadas ou sozinhas, a linguagem do sexo e do amor é conjugada em consonância com a possibilidade do abandono que permanentemente as espreita. Segundo revelam as informantes:

Logo no início estava bem, mas agora ele sai, [...] passa três dias sem vir em casa, deixar de dar as coisas, isso ele não deixou não. [...] Quando ele volta, eu tento não querer nada com ele por causa que ele [...] não gosta de usar camisinha, para não botar doença em mim. Aí quando eu digo isso a ele, ele faz: “Deixe de ser tola, besta, caralho, na sua cabeça só tem cocô”. [...] Ele, apesar das diferenças que nós temos, das brigas, nunca houve tapa, agressão, [...] ele é muito carinhoso comigo. (Glória)

Saí de um emprego por esse homem, [...] ele é bom amigo, mas ele tem que ser bom comigo, como se fosse, [...] nas feiras. Que ninguém vive só de amor, [...] de amizade, carinho, [...] ele quis dizer que eu não era nada, que a mulher não sabe nem que eu existo, [...] eu disse a ele: “Não me incomode que você fique com sua mulher não, contanto que você não me deixe passar fome, que se você não quiser me dar mais nada, [...] deixe o meu caminho livre que eu vou arrumar outro”, [...] eu fiquei muito magoada com ele, fiquei até sem tesão para ter sexo com ele mais. (Alice)

[...] já chegou momentos que eu não quis e ele ficava com raiva, sabe, dizia que eu tinha outro. Não me forçou não, mas eu ia dormir, quando acordei, ele já estava fazendo comigo mesmo. Aí, não gostei dessa atitude dele, conversei com ele,

só que ele disse: “Vai ser sempre assim, quando você não quiser, eu vou quando você dormir”. (Maria)

A relação é meio fria, sabe, [...] ele relatou que gosta muito de mim, mas ele sabe que eu não gosto dele, [...] até para dormir também, [...] é muito difícil mesmo, [...] a gente não anda brigando, mas [...] ele não é um homem de chegar e conversar comigo, não conta os problemas dele, [...] não sei onde ele trabalha, [...] recebe dinheiro eu não sei quanto. [...] Assim, eu acho que a mulher com o homem é um só, dentro de casa. [...] A gente faz parte do grupo da Igreja, [...] eu vejo assim a relação dos casais: quando saem eles pegam na mão, ele chama ela de filha, ela chama também, aquele carinho um pelo outro, conversam, uma coisa que eu sinto, eu preciso também, eu não tenho. [...] Eu sinto muita falta disso, de um diálogo. (Aurora)

Para as mulheres investigadas, o duo amoroso é regido por uma moral sexual que, baseada nos moldes patriarcalistas, traduz-se em construções imagéticas distintas do que é ser homem e ser mulher. Desde o processo de socialização, sua sexualidade é normatizada a partir da vocação natural dos gêneros, em que cabe ao homem dominar e à mulher se submeter ao poder masculino. Assim, ao usar da sedução, sua própria conjugação de poder, a mulher finda por legitimar sua dependência, submissão ao homem, quando para ela o desejo é negado e o sexo adquire uma funcionalidade, ou seja, satisfazer o desejo masculino. Para ela, não há outra escolha possível: se o homem é sujeito ativo do desejo, a mulher é objeto passivo.

Por conseguinte, na vida sexual e afetiva das informantes, não há lugar para arrebatamentos eróticos e sentimentalidade. A intimidade se inscreve sob outros códigos, o sexo perde o caráter relacional e se transforma em ato mecânico e rotinizado a que se entregam para evitar conflitos, esquivarem-se da fome e do abandono.

Embora a ausência de emoção gere desprazer, mágoa, e a recusa do parceiro em usar preservativo cause temor, as mulheres não conseguem se furtar de suas obrigações. Seus corpos socializados não pressentem a submissão consentida. Tornam-se receptáculos em que seus homens aliviam as tensões sexuais, mesmo contra sua vontade. Na intimidade, portanto, mulher e homem não são um só, pois mantêm relações impessoais, em que se desconhecem, não há diálogo, comunicação. Por isso, a relação é “fria”, “muito difícil”. Para suportá-la,

elas calam a revolta, o desamor e, refugiadas no silêncio e na submissão, buscam construir um modelo aproximativo entre a relação vivida e aquela desejada.

E se a inércia e a passividade parecem indicar a certeza do destino selado, que recusa mudanças em suas vidas afetivas, as mulheres buscam preencher vazios e, revolta incontida, encontram alento temporário algumas vezes na bebida, outras tantas na religião e quase sempre nas novelas televisivas. De volta ao mundo real, o desalento as domina e, conforme relatam:

Tem horas que eu saio, vou mundo a fora, vou botar na pista, vou num canto assim e sento, fico lá, dou para chorar, desabafo, depois eu volto. (Zélia)

[...] tem dias que amanheço com tanto desgosto que me dá aquela crise de choro, sabe? Chorar, chorar, chorar, [...] tem horas que dá vontade de morrer. (Alice)

Horas, dias meses ou anos, a vida dessas mulheres parece se arrastar, imutável, a mesma dor indizível, entranhada às fomes do corpo e da alma que as visitam, sem espaço de expressão. Contudo, a aridez da realidade concreta as sufoca, as lágrimas deságuam palavras não ditas, desejos mutilados, que morrem mansamente e, de novo, o desarmônico se faz ordem, guardam seus queixumes, retornam ao cativado e relativizam o sofrimento, (re)construindo um significado para suas vidas por meio dos filhos.

Na verdade mesmo, a felicidade que tenho no momento é só minha mãe e meus filhos. (Maria)

[...] tem coisas que eu preciso, de uma mãe, [...] sempre eu fui rejeitada, [...] minha mãe nunca gostou de mim, [...] tentei conseguir que ela ficasse comigo, tentei resgatar, pelo menos visse que eu precisava muito dela. [...] Por isso, eu não consigo deixar meus filhos, [...] o que eu sofri eu não quero que os meus filhos passem. [...] Quando eu estou doente, eu choro muito porque eu tenho medo de deixar meus filhos sozinhos. [...] Por mais que eu passe, eu prefiro passar com eles juntos... (Rosa)

Eu dei muito amor aos filhos, o amor que eu não tive eu passei para eles. [...] Por sinal, esses filhos que eu tenho me dão muito amor, esse rapaz mesmo, que é evangélico, eu tenho carta lembrando da infância dele, no dia das mães mesmo, ele faz cada carta linda, que aí eu choro me lembrando. [...] Ele se lembra quando [...] a gente muitas vezes não tinha o que comer, mas, brigava, fazia tudo questão de dormir numa cama [...] comigo. [...] Coisas que eu nem me lembro e ele lembra, daqueles momentos bons, [...] do carinho que eu tinha com eles. (Carolina)

Os relatos reafirmam o essencialismo que cinge a maternidade. Para elas, ser mãe é vocação natural, e o amor materno sentimento imanente, do qual provém seu devotamento aos filhos. A construção imagética da *boa mãe* obscurece a mulher, cuja preocupação consigo mesma se configura como abandono da família.

Se suas mães, repisando o viés da maternidade, tornam-se apoio concreto na dura realidade cotidiana, como filhas partilham com elas gêneros alimentícios, o parco rendimento obtido por meio de atividades extradomésticas e bolsas-auxílio dos programas governamentais. Como mães, assumem a criação de netos, constroem cômodos nos fundos da casa para que filhos e filhas residam com suas novas famílias, tal qual suas mães o fizeram. As filhas, mesmo depois de casadas, conservam a responsabilidade de ampará-las na fome ou velhice que está por vir. Já os filhos, quando menores, porque “trabalho é honra”, se as ajudam a complementar o orçamento doméstico, quando casados são eximidos dessa obrigação, devem cumprir o papel de provedores de uma nova casa e família, cabendo à mãe, mais uma vez, ajudá-los, pois “sabe como é mãe, né”?

Por sua vez, o amor que as mulheres não recebem dos maridos é transferido para os filhos, e aquelas que foram abandonadas e criadas por outra família redobram seu amor e zelo, pois desejam salvaguardá-los da rejeição que ainda as atormenta. Nas uniões que se sucedem, entre o parceiro e os filhos, os últimos são os escolhidos, porque é amor garantido para toda vida. A filha, à medida que se aproxima da puberdade, gera outra preocupação, o estupro, o abuso sexual, o que provoca alterações no cenário doméstico, ou seja, o homem assegura o seu sustento, visita-a frequentemente, mas não reside no mesmo espaço que ela e seus filhos. Deserdados da sorte, mãe e filhos protegem uns aos outros, os laços que os unem são fortalecidos pela fome, pela violência e pelas carências.

Diante das necessidades imediatas, as diferenças de gênero que conduzem as relações intrafamiliares passam despercebidas, mas ganham nitidez em suas narrativas: a mulher/mãe/filha que se manifesta com gestos, palavras e através do “medo de morrer e deixar os filhos sozinhos” e os homens/maridos/filhos, cuja mensagem é o silêncio/indiferença ou grito/agressividade e, o amor, silenciados pela voz que não consegue exprimi-los, mas enunciados, por poucos, por

meio de cartas⁵ lidas sem sua presença, o que parece não comprometer o modelo arquetípico de racionalidade imposto, uma vez que a expressão dos sentimentos se resguarda no distanciamento construído pela ausência.

Em um bairro onde morrem de “dez a onze” por mês, seus filhos são viciados em drogas, já foram presos por tentativa de homicídio, envolvimento com o tráfico ou estão marcados para morrer, “a felicidade é ter os filhos vivos”. Dessa forma, quando culpam os filhos pela agudização do sofrimento, logo pedem perdão a Deus. Estes são ungidos de inocência, o amor materno se renova, e, elas não medem esforços: lutam porque “espero deles, de mim não espero mais nada”. O curso de culinária regional, porém, parece gestar um novo desassossego.

Mudanças (in)curso

Inicialmente, as informantes foram atraídas pela possibilidade de quebrarem a monotonia e a mesmice das responsabilidades e tarefas diárias, mas também exercitarem seus dotes culinários, aprenderem algo novo que pudessem incorporar nas atividades domésticas e extralar já realizadas, bem como pela bolsa-auxílio oferecida que, sem dúvida, durante os cinco meses do curso, contribuiria para complementar o orçamento doméstico. No entanto, as aulas ministradas trouxeram-lhes algumas revelações. Conforme destacam:

Eu vim porque queria aprender, [...] e também é uma ajuda para mim, em tudo, pagar água, luz, [...] comigo mexeu, e é interessante, [...] é sobre quem eu sou, em primeiro lugar, você tem que descobrir quem de fato você é mesmo, que eu não descobri ainda, mas tenho que descobrir, [...] pensar. [...] Tenho que pensar em mim primeiro, depois nos filhos e por último no marido. Tô conseguindo, tô pensando mais em mim, me ajeitando mais, tentando ser mais liberal, sair, não deixar que homem fique mandando em mim... (Alice)

Comecei a me conhecer mais, [...] tô tendo mais respeito pelo outro, e tô assim conseguindo impor mais respeito no lugar, [...] eu nunca fui assim de [pausa] parar para pensar, [...] uma mulher completamente diferente de antes. (Maria)

5. Um dos maridos costuma expressar por carta o quanto gosta da esposa, responde a suas queixas e reivindica cuidados e atenções. Propositadamente, deixa as cartas à vista quando sai para o trabalho. Ao retornar, indaga à esposa se as leu. Da mesma forma, redige cartas, bilhetes para declarar o amor pela mãe.

[...] Ser mais econômica, aproveitar a comida, [...] essas coisas que eu nem imaginava de saber, [...] quem sou eu [risos], na verdade eu não sabia mesmo, porque [...] eu só fazia o que ele queria, [...] tá abrindo, tá, tá, [pausa] porque ter esse curso, eu tenho certeza, se fosse antigamente, nada disso tinha acontecido. (Rejane)

Esse curso está [...] sendo muito bom para mim, porque estou dando valor a mim, porque vivia de qualquer jeito, [...] é um curso que a gente aprende a trabalhar cozinha, aprende a lidar com nossa saúde e alimentação da gente [...] dentro de casa. Aí faço uma comida, ele fica olhando assim, eu digo, e aí? “É, tá bom.” Quer dizer, né?, já tô mostrando que estou modificando. [...] Bom, eu estou tendo assim [...] uma certa facilidade de me expressar mais, [...] a gente mesmo às vezes é ignorante, [...] mas vai conseguindo mudar [...], a ter mais noção de nós mesmo. (Aurora)

De fato, as informantes, cuja luta pela sobrevivência diária as afastou da escola ainda muito cedo — “já velha, [29 anos] foi que vim sonhar meus estudos” — com o curso descortinam a possibilidade de concretizar esse sonho, algumas proibidas e outras incentivadas pelos maridos — “vai ser melhor para você, porque você não se valoriza”. Nas aulas práticas, descobrem que ainda são capazes de aprender noções de higiene, nutrição e economia doméstica, como preparar, conservar e reaproveitar as sobras dos alimentos.

Com a blusa padronizada do curso, que chamam de “farda”, vestem-se pela primeira vez de autoconfiança, talentos recém-descobertos, surpreendem a mãe — “quem te viu quem te vê” — e encantam os filhos pequenos com os bolos que fazem. O marido, curioso, finalmente parece enxergá-las e, embora monossilábico, também expressa sua aprovação. Quem sabe assim, consigam adoçar o relacionamento, abrandar-lhe o gênio irascível e romper a muralha de silêncio e indiferença que os separa.

A bolsa-auxílio, recebida mensalmente, é utilizada para pagamento de água, luz, compra de botijão de gás, lanches para as crianças, coisas nem sempre possíveis de adquirir. As dificuldades materiais têm diminuído também, por meio da comercialização dos alimentos que aprendem a preparar, constituindo-se em mais uma estratégia alternativa para autossustentação do grupo familiar, uma vez que as rendas complementares obtidas pelos programas governamentais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil — Peti, são temporárias, ao contrário de suas necessidades, sempre imediatas.

Os encontros diários são um tempo-espço único, aguardado ansiosamente, em que as mulheres se sentem livres para falar, brincar, desabafar, conversar

— “era bom que fosse direto a vida toda”. O curso, principalmente, gesta mudanças subjetivas, quando as instiga a refletir sobre suas vidas. O pensar torna-se uma aprendizagem para a descoberta de si mesmas, uma outra ainda desconhecida, mas de quem já gostam e cuidam porque, desperta a autoestima, respeitam-se, passam a considerar os outros e, com isso, sentem que adquirem respeitabilidade. Assim, esboçam uma reação contrária à abnegação e submissão consentidas, pois, até então eram alienadas.

O curso faz reviver a esperança de as mulheres conseguirem “arrumar um trabalho certo, de carteira assinada de trabalho”, “prosperar”, “melhorar de vida”, ajudar seus filhos a “estudarem e serem alguém”. E mesmo para aquela cuja narrativa devassa o desalento e reafirma as velhas construções imagéticas, como prenúncio de mudanças a esperança se insinua:

Espero que algum dia eu esteja aqui na sua presença lhe dizendo algumas coisas que eu falei ao contrário, por exemplo, que eu sou feliz, tenho um dono de casa, toma conta de mim e de meus filhos, [...] estou falando pra senhora aqui que eu não tenho esperança de ser feliz, mas também eu volto atrás, esperança é a última que morre. Espero estar aqui um dia [bate na madeira] ou de qualquer outro lugar que eu encontrar a senhora e lhe falar, hoje estou feliz. (Margarida)

As aulas, entretanto, não duram a vida toda. Lentamente, a vida retomará seu curso, a fome e o abandono permanentemente as espreitam; a opressão e a violência dos maridos, agora ainda mais doída, porque não mais as aceitam com fatalismo, naturalidade. Se antes, sina inarredável da mulher, revolta calada pela autocomiseração, conformismo, agora, metamorfose inconclusa, percebem que a vida pode ser diferente. Acalentam sonhos, vislumbram uma esperança que, fugidia, torna-se difícil de alcançar, pois o parceiro, este permanece o mesmo. Então, se a vida real mais uma vez as cobre de desalento, “se aqui mulher, noutra geração eu queria era ser homem...”.

Considerações finais: algumas inquietações

A emoção, por tanto tempo represada, conduz as narrativas das mulheres investigadas. Revela-se nos ombros curvos, nas lágrimas furtivas, no rosário

de mágoas e lamentos que desfiam, longos silêncios a que se entregam, na revolta que ocultam, com a qual não conseguem lidar diante do medo da solidão que as aprisiona ou ainda, na tentativa de rirem da própria dor e revestirem seus companheiros de qualidades, culpabilizando-se pelas agressões e violência sofridas.

Sua trajetória de vida é permeada pela extrema pobreza, abandono, rejeição e violência de gênero a que se encontram submetidas. A felicidade, busca incessante, define-se por momentos fugazes — “tá aqui na sua frente agora, conversando com a senhora, tá me fazendo bem, que eu estou desabafando”. Reconfigura-se, portanto, em alívio, consolo e atenção que nunca encontram.

De fato, suas memórias falam de um tempo-espaço iniciático da aprendizagem de ser mulher: a família, com quem aprendem a esquecer de si mesmas e a cultivar a submissão e a infância perdida nas incontáveis tarefas domésticas e cuidados com as crianças menores do grupo familiar. Tempo-espaço de privações, desafeto, sob o jugo de pais e irmãos mais velhos, elaboram a única estratégia libertária sabida, o casamento, por meio do qual se tornam mães e donas de casa, cuidadoras do que é seu, e não de outrem. A formação do casal é determinada por um viés utilitário-pragmático — o desejo de “melhorar de vida” —, desprovida, portanto, de romanticidade.

O amor é sonho acalentado por intermédio das novelas que, na dura realidade cotidiana, adquire corporeidade na figura do homem provedor, que sacia sua fome e a de seus filhos, ou seja, o amor se inscreve sob os signos da dependência financeira, submissão e circunstancialidade. A infidelidade, a indiferença e a violência do parceiro é sina que suportam porque, sem um homem, tornam-se mulher sem dono, ninguém as respeita.

O sexo transforma-se em arдил para preservar o parceiro, cedem ao desejo masculino mesmo contra sua vontade, com receio de contrair doenças sexualmente transmissíveis ou mesmo sentindo “nojo” do marido porque este é infiel. A relação sexual se reveste, portanto, de dever, obrigação. A repulsa e dificuldade de obter satisfação sexual, assunto sigiloso, somente é revelado após a entrevista, com o gravador desligado.

As mulheres se ressentem da falta de carinho, diálogo e maus-tratos sofridos, mas dificilmente cogitam uma separação. Mesmo quando exercem ativi-

dade extralar e são provedoras da unidade doméstica, atribuem aos filhos, às dificuldades materiais e a outras contingências a preservação do casamento. Seus relatos, contraditórios, evidenciam a tentativa de se resguardarem da solidão, do desamparo, pois, baseadas nos referenciais tradicionais, o homem ainda representa segurança, proteção. Assim, mesmo entre aquelas que transitam por uniões sucessivas, permanece a busca por um “dono de casa”, por intermédio do qual são valorizadas e adquirem respeito.

Suas narrativas delineiam as mudanças no tecido social, que têm gestado ressignificações nos sistemas simbólicos operantes em nossa sociedade, ainda que suas reverberações se deem bem mais lentamente que nas camadas médias. De fato, a inserção das mulheres no mundo do trabalho, a formação de redes de ajuda mútua, mesmo que impulsionadas pelas precárias condições de vida, produzem novas formas de sociabilidade, estratégias de autossustentação do grupo familiar.

Deste modo, o papel masculino de provedor principal da unidade doméstica, ao ser confrontado com a realidade cotidiana em tempos neoliberais, tem produzido tensões nas relações intrafamiliares, sugerindo descontinuidades em curso. Da mesma forma, as intersecções midiáticas, particularmente por meio da teledramaturgia, levam as mulheres a agregarem novos valores a suas relações erótico-amorosas, tais como fidelidade, diálogo, companheirismo e satisfação sexual, embora os modelos emergentes sejam encenados ocultamente, no campo do imaginário e, os padrões tradicionais permaneçam fortemente arraigados, conduzindo as relações entre os sexos.

Por isso, no jogo afetivo, a separação ainda é prerrogativa masculina, materializada no abandono do lar pelo marido, ameaça indelével na dinâmica familiar. Em outras palavras, o futuro é algo difuso, impreciso, “sua vida é o que é”. Se as trilhas até então perseguidas têm confluência na negação dos desejos, e para si já não guardam esperança, reconstroem-na por meio dos filhos, sob a crença de que possam lhes assegurar uma vida mais “sossegada”, sem tantas privações. Dessa forma, projetam sonhos e expectativas nos filhos, sua única fonte de felicidade, sem a qual a vida perde sentido. Se elas são “nada”, estes podem ser “alguém”.

Contudo, o curso revoluciona o cenário cotidiano, as mulheres se deslocam do espaço doméstico onde se encontram encerradas e, numa sala de aula, ex-

ploram seus dotes culinários, descobrem talentos insuspeitados de que se valem para complementar a renda familiar. Entre conversas, desabafos e brincadeiras, renasce a esperança e, autoestima fortalecida, elas vislumbram uma perspectiva de transformação. Aventuram-se no aprendizado do autoconhecimento e na descoberta do amor por si mesmas, recusam-se a reprisar o conformismo e a submissão, pressentem que é preciso mudar, “tomar uma atitude para que melhore”, ainda que não saibam como fazê-lo.

Na cerimônia de encerramento do curso, quando foi oferecido um jantar feito por elas, pude identificar a esperança nos olhares e sorrisos ansiosos. Com suas melhores roupas, momentaneamente felizes, acreditavam que, talvez daquele dia em diante, sua vida poderia ser diferente, quem sabe um emprego, mais respeito por parte do marido; uma que finalmente conseguira se separar, após treze anos de sofrimento, outra que teve de se desfazer de sua única companheira, a televisão, para ajudar um filho ameaçado de morte.

Em meio à festa, enquanto ensimesmada buscava encontrar um sentido para minha presença ali, fui abordada por uma desconhecida que, demonstrando desapontamento, tentou persuadir-me a também entrevistá-la. Lembrei-me então de Aurora, que, ao concluir seu depoimento, afirmou: “Senti que tirei um peso de dentro [...], é bom falar, saber que sou ouvida”. Naquele instante, pude, de fato, compreender o quanto é importante fazer ecoar as vozes de tantas mulheres invisíveis. Eu e outras(os) pesquisadoras(es) podemos fazer a diferença, ao rompermos a malha de silêncio que envolve suas vidas e denunciarmos a violência e a opressão a que se encontram submetidas.

Ao mesmo tempo, pude confirmar a relevância de se criar espaços de discussão coletiva sobre as construções de gênero que estruturam as relações sociais entre homens e mulheres, instigando-os a refletir sobre si mesmos, papéis sociais e sexuais a que se encontram condicionados no exercício da sexualidade, da maternidade/paternidade, a ausência de diálogo e a violência que compõem a dinâmica familiar. Ou seja, o planejamento e a operacionalização de ações devem focar homens e mulheres, de forma a também produzir transformações pessoais no universo masculino, sem o que o relacionamento entre os pares continuará condicionado aos modelos tradicionais, trazendo mais sofrimento que libertação às mulheres, permanecendo os danos físicos, emocionais e sociais que pontuam sua trajetória de vida.

Torna-se imprescindível a articulação entre as políticas setoriais, a formulação e a implementação de serviços sociais voltados para orientação, apoio e proteção de mulheres vitimizadas pelas diversas expressões da violência. Cabe também alertar para a necessidade de formação especializada dos profissionais que integram núcleos e redes de serviços, de forma a possibilitar o desenvolvimento de práticas sociais de cunho emancipatório. Portanto, é preciso refletir sobre o alcance dos cursos de geração de renda como mecanismos potencializadores de inclusão social. Somente assim essas e outras mulheres poderão conquistar o direito de ser felizes.

Artigo recebido em jul./2009 ■ Aprovado em dez./2009

Referências bibliográficas

BADINTER, E. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Trad. Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. In: BORBA, Â.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 71-84.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Unesp, 1993.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 71, ano XXIII, p. 127-144, 2002.

PORCHAT, I. Pensando a dor da separação conjugal. In: PORCHAT, I. (Org.). *Amor, casamento, separação: falência de um mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 103-126.

QUINTAS, F. *Sexo e marginalidade: um estudo sobre a sexualidade feminina em camadas de baixa renda*. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAFIOTTI, H. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 3, n. 4, p. 82-90, out.-dez./1999.

SALEM, T. Mulheres faveladas: “Com a venda nos olhos”. In: CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; FRANCHETTO, Bruna; HEILBORN, Maria Luiza (Orgs.). *Perspectivas antropológicas da mulher 1*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 49-99.

VELHO, G. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 45-62, set. 2002.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.